

Resultados Alcançados pelo Controle Social em parceria com o Controle Externo



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Resultados Alcançados

- Resolução Normativa 12/2013 – Institucionalizou o PDI no âmbito do TCE-MT
- Resoluções Normativas 25/2012 e 14/2013 – Aprovou a Guia de Implementação da Lei de Acesso à Informação e criação de Ouvidoria (Prefeituras foram multadas por não cumprirem a lei).
- Resolução de Consulta Nº 07/2004 – Obrigatoriedade de instituir um canal de comunicação com o cidadão. Viabilização por meio de sistema de ouvidoria





Resultados Alcançados

- **Resolução Normativa 40/2013** – Classifica como graves e moderadas irregularidades relacionadas a:
 - Realização de ato sem observância ao princípio da publicidade
 - Obstrução à atuação dos conselho na realização de ações, de sua competência, previstas em lei
 - Não implantação dos conselhos exigidos em lei
 - Descumprimento das disposições da Lei de Acesso à Informação
 - Não implantação das regras da Lei de Acesso à Informação nos padrões e prazos definidos



Demandas Inseridas

➤ Em 2012 e 2014, mais de **70%** das demandas foram inseridas no **Planejamento Estratégico** dos 30 municípios adesos ao PDI

TOTAL DE DEMANDAS INSERIDAS NOS MUNICÍPIOS		
ANO	DEMANDAS	
	NÚMERO	PORCENTAGEM
2012	128	64%
2013	223	70%
2014	185	74%

Ações de Controle Social do Projeto 2 - 2015

- Em 2015 as auditorias realizadas in loco pelo TCE-MT vão ouvir os Conselhos de Políticas Públicas de Saúde e Educação
- Formação e atualização de Banco de Dados dos Conselhos
- Analizar o Banco de Dados dos Conselhos enviados pelo Aplic
- Atas das Audiencias Públicas (LRF/PPA/LDO/LOA) – conferir se enviou o arquivo e verificar os dados (Aplic)
- Realizar novo diagnóstico com os Conselhos de Políticas Públicas (UFMT)
- Envio de email para os conselheiros com data e dia das audiências públicas, estimulando a participação e o controle social



Novas Irregularidades

- Inexistência de no mínimo um Conselho Tutelar integrante da administração pública local
- Irregularidade na composição do Conselho Tutelar, não sendo integrado por 5 membros escolhidos pela população local
- Inexistência de previsão de recursos necessários ao funcionamento, remuneração do Conselho Tutelar, bem como para a formação continuada dos mesmos
- Inadequação de estrutura física, de recursos materiais, humanos e tecnológicos nas áreas de Saúde e Educação
- Inexistência de Farmacêutico habilitado, responsável pela farmácia básica e dispensação de insumos de saúde
- Não aplicação de 30% dos recursos destinados a merenda escolar (PNAD) na aquisição de produtos da agricultura familiar sem justificativa adequada



O Gestor e o Controle Social: aproximando a sociedade

- Inserir no Portal Transparência a relação dos Conselhos de Políticas Públicas (data, horário das reuniões e nome dos respectivos presidentes)
- Enviar pelo Aplic a relação dos Conselhos de Políticas Públicas (carga inicial)
- Apresentar, após conclusão, o Planejamento Estratégicos aos conselheiros de políticas públicas
- Enviar para os Conselhos de Políticas Públicas as demandas inseridas no Planejamento Estratégico



Mais informações e dúvidas

Cassyra L Vuolo

Clenilda Poletto

Assessoria de Articulação Institucional
e Desenvolvimento da Cidadania

E-mail: sai@tce.mt.gov.br

Tel. (65) 3613-2987 Cel. 9909-5797





Tribunal de Contas
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Muito Obrigada!

Cassyra L Vuolo

Assessoria de Articulação Institucional e
Desenvolvimento da Cidadania

E-mail: sai@tce.mt.gov.br

Tel. (65) 3613-2987 Cel. 9909-5797